



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 85, DE 2012

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Propõe que a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, fiscalização na obra de transposição do Rio São Francisco, para verificar a regularidade da aplicação dos recursos federais na obra.

DESPACHO:

À COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com o art. 24, X, art. 60, II e com o art. 61, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e dos incisos IV, VII e VIII do art. 71 da Constituição Federal, proponho, ouvido o Plenário desta Comissão, e com auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, ato de fiscalização referente a aplicação dos recursos Federais destinados à obra de transposição do “Rio São Francisco”.

JUSTIFICATIVA

Transcorridos cinco anos de criação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, as maiores obras de infraestrutura do Brasil têm atrasos homéricos em relação ao cronograma original. Segundo levantamento do jornal “O GLOBO”, publicado no último dia 2 de abril do corrente ano, em dez grandes obras, que somam R\$ 171 bilhões, os prazos de conclusão previstos inicialmente foram todos revistos.

A Transposição do Rio São Francisco é um dos projetos mais caros do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, iniciado no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tem hoje vários trechos paralisados. A obra prevê a construção de mais de 600 quilômetros de canais de concreto para desviar parte das águas do rio São Francisco para o semiárido de quatro estados do Nordeste: Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Segundo matéria noticiada, “a explosão no custo da transposição, maior obra pública em execução no Brasil com expectativa de beneficiar 12 milhões de pessoas, expõe um acordo para atender a demanda das empreiteiras. Realizados a toque de caixa e com baixo detalhamento técnico, em razão da

promessa oficial de inaugurar o Eixo Leste no último ano do governo Lula para fortalecer a candidatura da atual Presidente Dilma Rousseff, os projetos executivos foram mal elaborados”.

No dia 6 de abril, o jornal Correio Braziliense publicou reportagem acerca do superfaturamento da obra.

Transposição do São Francisco vai custar 78% a mais
Jeitinho para ganhar mais e fazer menos
Autor(es): JOÃO VALADARES Correio Braziliense - 06/04/2012

No início das obras, as empresas pressionaram o governo para assinaturas de contratos aditivos milionários acima de 25% do valor original, teto permitido pela legislação. Em alguns lotes, de acordo com dados repassados pelo próprio Ministério da Integração Nacional no ano passado, os novos valores precisavam ser aumentados em até 60%. O governo federal resolveu respeitar o limite legal. No entanto, para evitar um desgaste ainda maior com os recorrentes atrasos, usou o mecanismo do chamado aditivo supressivo. O ministério retirou das construtoras algumas obrigações contratuais. Com o dribble sutil, a conta fechou. É bem simples. Mais dinheiro, com o aumento de 25% em relação ao contrato inicial, e menos trabalho.

Questionado quanto foi suprimido em cada um dos 14 lotes da obra, o Ministério da Integração Nacional, por meio da assessoria de imprensa, preferiu não informar. Comunicou que os quantitativos retirados e os valores só seriam disponibilizados no momento em que ocorressem as licitações dos resíduos em questão. O discurso oficial é de que a obra precisava ser destravada. Essa foi a ordem da presidente Dilma Rousseff para o ministro Fernando Bezerra Coelho.

Em 2011, a transposição ficou praticamente parada. Avançou apenas 5%. Foi justamente o ano dos acordos com as empreiteiras para a retomada das obras. Nove lotes chegaram a ficar parados. Hoje, os lotes 3, 4 e 7 estão abandonados e serão licitados novamente. O lote 4, por exemplo, que prevê a construção de cinco segmentos de canal, túnel, barragem, pontes e passarelas, em Pernambuco e no Ceará, teve apenas 13% de execução física, o pior avanço de toda a transposição. O que chama a atenção é que, mesmo com a ineficiência e o ritmo lento, foram celebrados quatro aditivos no valor de R\$ 20,2 milhões. O lote 3, que em dezembro do ano passado tinha 42% dos serviços previstos executados, ganhou cinco aditivos no valor de R\$ 5,4 milhões

Os fatos podem ser constatados no link <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/4/6/transposicao-do-sao-francisco-vai-custar-78-a-mais>.

O próprio Tribunal de Contas da União tem questionado o custo da obra da Transposição do Rio São Francisco. Tanto é que o Governo Federal foi instado à reliciar parte dos trechos devido às reclamações daquele Tribunal. O gasto com a obra saltou, nos últimos anos, de R\$ 4,8 bilhões para R\$ 7,8 bilhões, só no governo Dilma Rousseff os preços aumentaram 71%.

Recentemente, o TCU procedeu auditorias parciais e constatou falhas em edital do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Na ocasião, o tribunal concedeu prazo de quinze dias ao Ministério da Integração para sanar as falhas contidas no documento de concorrência para execução das obras do “lote cinco” do eixo norte. O tribunal apontou superfaturamento de 29 milhões de reais num dos trechos da obra no Ceará e determinou a revisão dos custos do negócio. Segundo o Ministério da Integração as novas licitações deverão consumir 2,6 bilhões de reais.

Cumprе salientar que o Princípio da Publicidade ou da Máxima Transparência significa que a Administração deve agir de sorte a nada ocultar. E compete ao Poder Legislativo exercer a fiscalização dos atos do Poder Executivo.

Dessa forma, considerando a relevância e pela extrema necessidade da conclusão da obra para a população brasileira, é imprescindível que seja realizado ato de fiscalização e controle objetivando contribuir para as ações necessárias ao reinício das obras e o efetivo acompanhamento por essa Comissão

da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional até a conclusão das obras.

Assim, espero contar com o apoio dos pares para a aprovação da referida proposta.

Sala das sessões, 10 de maio de 2012.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
Líder da Minoria

FIM DO DOCUMENTO
